Dezembro de 2020

Manuel Gouveia Pereira | mgp@vda.pt
Afonso Cuco | afc@vda.pt

AMBIENTE

DECRETO-LEI N.º 102-D/2020, DE 10 DE DEZEMBRO

Foi publicado, no passado dia 10 de dezembro, o **Decreto-Lei n.º 102-D/2020**, que aprovou o **novo regime geral da gestão de resíduos e o novo regime jurídico da deposição de resíduos em aterro** e alterou o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos (“Unilex”), o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental e o **Decreto-Lei n.º 42-A/2016, de 12 de agosto**, que criou o **Fundo Ambiental**.

O novo diploma transpõe, ainda, para a ordem jurídica interna as seguintes Diretivas:

- **Diretiva (UE) 2018/849**, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018 (relativa às pilhas e acumuladores e respetivos resíduos)
- **Diretiva (UE) 2018/850**, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018 (deposição de resíduos em aterros)
- **Diretiva (UE) 2018/851**, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018 (relativa aos resíduos)
- **Diretiva (UE) 2018/852**, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018 (embalagens e resíduos de embalagens)

Novo Regime Geral da Gestão de Resíduos

Como principais novidades destacam-se:

- **Alargamento muito significativo do elenco de contraordenações ambientais leves, graves e muito graves**
- **(Re)definição de «resíduo urbano»** – eliminada a referência ao critério quantitativo de 1100 litros/produtor, associando o seu âmbito não apenas aos códigos constantes da Lista Europeia de Resíduos (LER), mas também à origem, quantidade, natureza e tipologia dos resíduos
- **Novas obrigações relativas à recolha seletiva dos resíduos perigosos produzidos nas habitações e dos resíduos têxteis** visando, sobretudo, assegurar a recolha seletiva de biorresíduos
- **Novas normas relativas à prevenção de produção de resíduos**, impondo **objetivos e metas mais exigentes** ao nível de produção de resíduos urbanos e redução da produção de resíduos alimentares na restauração (medidas de combate ao desperdício alimentar)

- Densificação do conteúdo dos **Planos Nacionais de Resíduos**
- **Revisão do regime da taxa de gestão de resíduos (TGR)**, no que se refere à sua estrutura e incidência, com vista a penalizar as operações de tratamento menos nobres na hierarquia dos resíduos
- Adoção de **novas metas mais exigentes**, para os horizontes temporários de **2025** e de **2030**, nomeadamente:
 - i) **Prevenção e redução da produção de resíduos e da sua perigosidade (resíduos urbanos, não urbanos – em particular no setor de construção civil e obras públicas – e alimentares nos estabelecimentos de restauração coletiva e comercial e nas cadeias de produção e de abastecimento)**
 - ii) **Preparação para reutilização, reciclagem e valorização (resíduos urbanos e RCD)**

Novo Regime jurídico da Deposição de Resíduos em Aterro

Este diploma apresenta as seguintes inovações:

- **Proibição a partir de 2030** do envio para aterro de **quaisquer resíduos suscetíveis de reciclagem ou valorização**
- **Proibição de deposição de resíduos em aterro** que tenham sido **objeto de recolha seletiva** para efeitos de preparação para reutilização e reciclagem
- Fixação de **novas metas para a redução da eliminação de resíduos por deposição em aterro**
- **Obrigaçao de desvio de aterro de biorresíduos**
- **Alargamento das competências das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)** em matéria de licenciamento de aterros
- Admissão da **possibilidade de valorização de resíduos previamente depositados em aterro** através de operações de mineração de aterro

Diploma Unilex

O Unilex foi objeto de diversas alterações, nomeadamente:

- **Alargamento do elenco de contraordenações ambientais leves, graves e muito graves**
- Integração das **novas metas europeias de reciclagem de embalagens**, por tipo de material
- **Fomento da reutilização, da reciclagem e de outras formas de valorização de resíduos de embalagens**
- Fixação de **novas normas** que regulam a **marcação das embalagens**
- **Regulamentação de procedimentos e responsabilidades das indústrias e sectores económicos** com especial enfoque na **reutilização de embalagens**

Revogação de legislação ambiental

Para além dos anteriores Regime Geral da Gestão de Resíduos e Regime Jurídico da Deposição de Resíduos em Aterro, o Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro procedeu, ainda, à revogação de inúmeros diplomas em matéria de resíduos, incluindo diversas portarias que regulamentavam legislação ambiental.

Produção de efeitos

O Decreto-Lei n.º 102-D/202, de 10 de dezembro produzirá efeitos a **1 de julho de 2021**.

NOTA

O Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro introduz alterações substanciais nos regimes jurídicos acima mencionados, quer quanto ao nível das obrigações que impendem sobre os diversos operadores abrangidos, quer em relação às obrigações a que o cidadão comum passa a estar sujeito enquanto produtor de resíduos. Neste contexto, antevemos que surjam inúmeras questões acerca da sua interpretação e das novas obrigações e metas que decorrem deste novo diploma.